

Ano XXIV nº 6413 – 02 de setembro de 2021

Em derrota para Bolsonaro e vitória dos trabalhadores, Senado vota contra reforma Trabalhista



Por 47 a 27, o Senado derrotou o governo de Jair Bolsonaro (ex-PSL) e rejeitou integralmente a reforma Trabalhista que a Câmara dos Deputados contrabandeou no texto da Medida Provisória (MP) nº 1.045, em conluio com o ministro da Economia, Paulo Guedes.

A reforma foi fortemente combatida pela CUT e demais centrais, que atuaram nas ruas, nas redes sociais e no Congresso Nacional, conversando com os parlamentares, explicando os prejuízos para o país e para o povo.

Com a desculpa de que as medidas gerariam empregos para os jovens, os deputados aprovaram uma reforma Trabalhista que criava novos regimes de contratação sem direitos a férias, 13º salário, carteira assinada, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outros direitos.

São jabutis, reagiram os senadores contrários a reforma se referindo aos itens que os deputados colocaram no texto da MP, que tinha como objetivo apenas a recriação do programa de redução de jornadas e salários e suspensão de contratos. Os senadores rejeitaram até a recriação deste programa.

Para os senadores, inclusive de partidos da base do governo, as medidas fragilizavam as relações trabalhistas.

O parecer do relator, senador Confúscio Moura (MDB-RO), foi favorável a aprovação da MP, mas para vencer as resistências entre os parlamentares disse que excluiu todos os dispositivos inseridos pela Câmara e que alteravam a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

O relator, porém, acatou a criação dos novos programas de emprego e defendeu as medidas como iniciativa para ampliar a empregabilidade de jovens. Os senadores rejeitaram esses três novos programas.

Leia matéria completa em:

www.sindbancariospetropolis.com.br/ ou www.facebook.com/SindBancariosPetropolis

Negociações sobre o Saúde Caixa serão retomadas nesta sexta-feira (3)

A Comissão Executiva dos Empregados (CEE) da Caixa Econômica Federal vai se reunir com o banco amanhã (3), a partir das 10h30, para retomar as negociações sobre o modelo de custeio e gestão do Saúde Caixa, a ser implementado a partir de 2022.

Na última reunião, a Caixa se manteve intransigente com relação à aplicação da Resolução 23 da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPAR), que prevê a paridade nas contribuições assistenciais e administrativas do Saúde Caixa, alterando o modelo atual de 70% dos custos financiados pela empresa e 30% pelos empregados.

A reunião foi interrompida porque a Caixa insistiu em manter a aplicação da CGPAR 23, argumentando que “a resolução continua vigente como diretriz do controlador”. A coordenadora da CEE/Caixa, Fabiana Uehara Proscholdt, explicou que a negociação não avançaria se a Caixa insistisse na imposição e não levasse em consideração a projeção de custeio no modelo atual.

Uma empresa de assessoria atuarial contratada pela representação dos empregados fez novas simulações sobre o modelo de custeio do Saúde Caixa, considerando o cenário da vacinação para serem apresentadas nesta reunião.

